

Governo age contra pessimismo e espera volta do crescimento

■ Equipe econômica acha que estão lançadas bases para o PIB crescer até 5% no ano

Carlos Magno

CLODIA SAFATLE

BRASÍLIA — O governo reage ao pessimismo instalado na economia com um novo discurso: o da retomada do crescimento. No momento, trata-se de discurso que ajusta-se como uma luva às necessidades políticas pré-eleitorais. Mas há motivo para algum otimismo? Até que há.

Os economistas do governo têm certeza de que o solo foi arado e as sementes plantadas para se iniciar, nos próximos meses, a colheita de uma lenta, mas sólida, recuperação do nível de atividade. E apostam que ao final deste ano o país estará na rota do crescimento moderado, uns 4% a 5% ao ano, o que não chega a ser nenhuma maravilha, mas é melhor do que os 2,5% estimados para este ano. E continuará acumulando uns US\$ 10 bilhões extras em reservas cambiais; o déficit público prosseguirá em queda. Quem sobreviveu até agora, portanto, viverá.

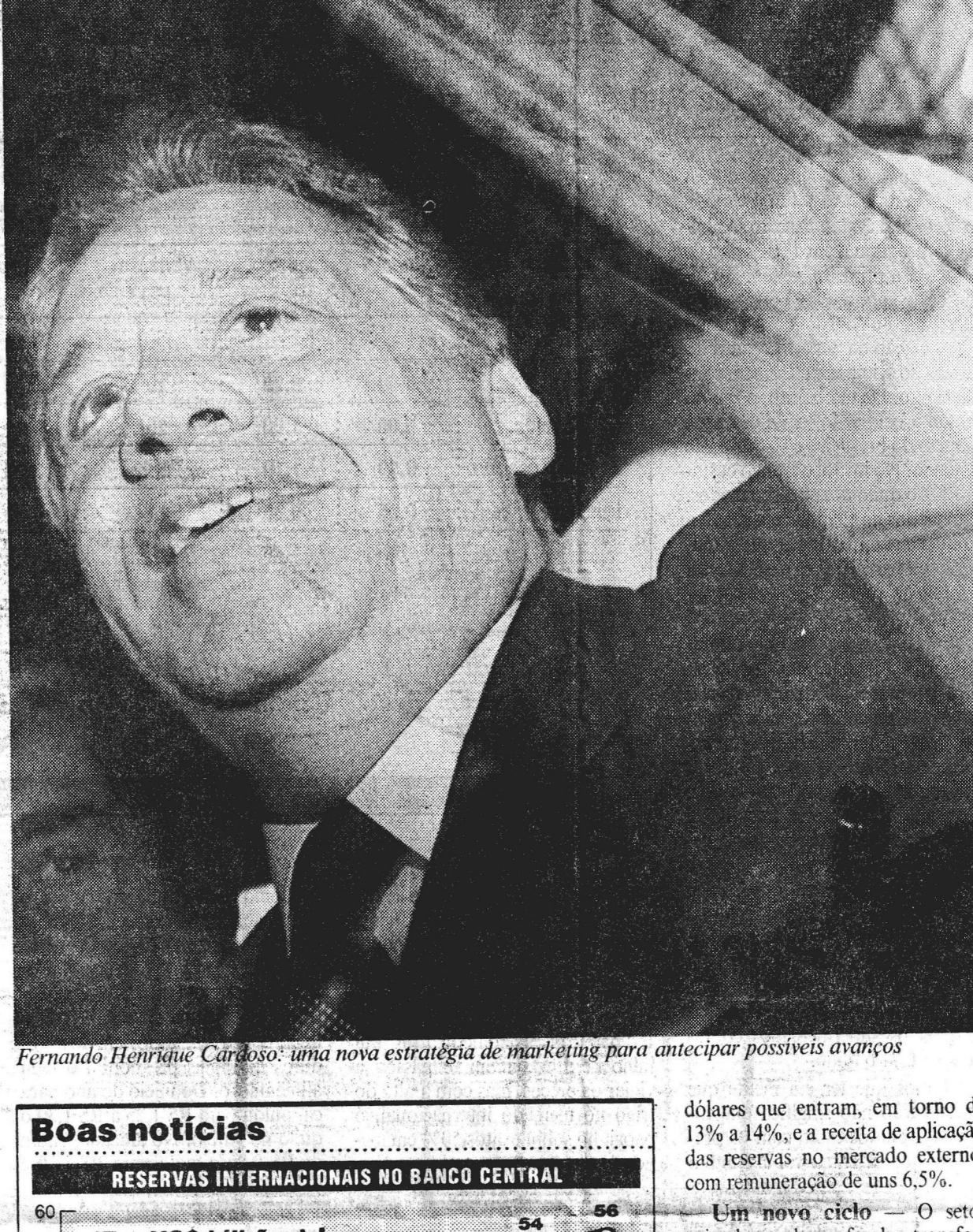
Estratégia — Está claro que o governo quer abrir, no segundo ano do Real, uma nova fase: a pós estabilização. Por enquanto, numa estratégia de marketing, está usando da retórica para antecipar o que acha que começará a ocorrer. A economia é cheia de profecias que se auto-realizam e crises de ciclotimia. O presidente percebeu, há dois meses, que o baixo astral estava se instalando. Começou a agir chamando um grupo seletivo de economistas, no inicio de maio, e tentando convencê-los de que há rumo e o governo está no caminho certo.

Quando convidou Antônio Kandir para ocupar a pasta do Planejamento, o presidente Fernando Henrique Cardoso deu ao novo ministro a tarefa de preparar o país para o desenvolvimento. "Você será o ministro do desenvolvimento", determinou. Uma recomendação que se acopla perfeitamente à função de Francisco Dornelles na Indústria e Comércio. A ele, Fernando Henrique ungiu: "Você será o ministro da iniciativa privada". E prossegue na divulgação do otimismo, na espera de que os indicadores o acompanhem nessa jornada.

Reaquecimento — Não basta apenas manter a inflação baixa. O povo quer mais e o governo vai tentar dar mais renda e mais emprego. Preparou o terreno para isso nos primeiros meses deste ano, afrouxando o crédito e reduzindo a taxa básica de juros. Como na economia existe a defasagem entre a ação e seus efeitos, o governo começará a colher alguns frutos mais maduros no segundo semestre. Aliás, o próprio fato dos mais de 4 mil municípios estarem em campanha eleitoral já ajuda no reaquecimento. Por mais crise financeira que haja no setor público, algum dinheiro vai oxigenar as campanhas, inaugurando obras aqui, financiando estacas para construção de obras ali.

Reestruturação — O diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, um dos principais formuladores da política econômica do governo, tem uma visão clara do que está ocorrendo. "Começa a aparecer na agenda da estabilização, gradativamente, a questão do desenvolvimento". Primeiro, diz ele, foi a anestesia: fez-se a desindexação e a reforma monetária. Agora, o país está em fase de cirurgia. Uma já foi feita e bem sucedida, diz Franco, referindo-se à abertura comercial e seus impactos sobre a produtividade do setor privado. A outra, relativa à reestruturação do Estado, financeira e empresarialmente, ainda engatinha.

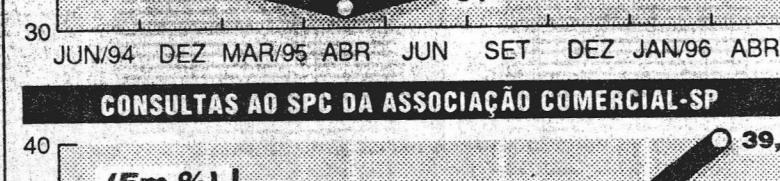
Mesmo assim, há motivos para crer que o pior já passou, alegam os economistas do governo. Um bom indicador disso é, para o diretor do BC, o ingresso de investimentos diretos. A expectativa para este ano é de que US\$ 8 bilhões entrem no país para financiar investimentos na produção. "Isto confirma que o Brasil está se reintegrando às economias industrializadas do mundo", comemora Franco, que foi e continua sendo o principal alvo das críticas, seja de economistas nacionais, seja de observadores externos. O diretor do BC responde a seus críticos com tranquilidade: "não dá para agredir os fatos".



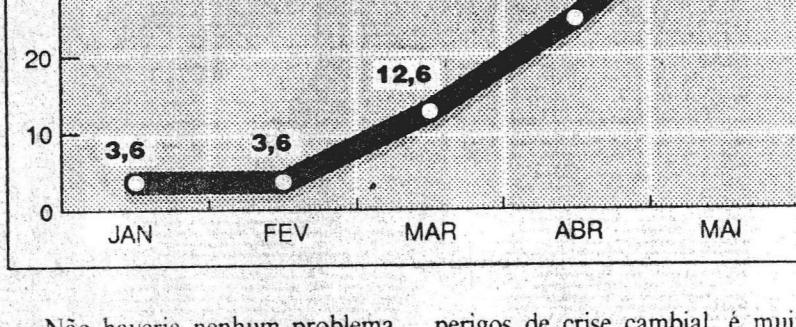
Fernando Henrique Cardoso: uma nova estratégia de marketing para antecipar possíveis avanços

Boas notícias

RESERVAS INTERNACIONAIS NO BANCO CENTRAL



CONSULTAS AO SPC DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL-SP



Não haveria nenhum problema de restrição externa para o país crescer a taxas de 4% a 5%, com a produção industrial aumentando em cerca de 6% ao final deste ano, no cálculo ponta a ponta. Ou seja, confrontando a produção em dezembro próximo com o realizado em janeiro passado, garante ele.

Esse é um ponto ainda delicado. Se a polêmica do câmbio está acomodada, na área econômica ainda existem dúvidas sérias sobre a capacidade de o país crescer. Para isso, terá que importar mais máquinas e equipamentos, bens de consumo duráveis e não duráveis, para suprir a demanda interna. Terá, portanto, que exportar mais para gerar receitas e pagar as importações, ou pelo menos uma boa parte delas. Sem o que, dado o déficit na balança de serviços (juros, transportes, turismo, seguro etc.) estimado em US\$ 15 bilhões este ano, engordará o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos. Déficit que é financiado pelos capitais externos que entram no país.

Flexibilidade — Para o diretor do BC, essa é uma preocupação desnecessária. Ele está seguro que há espaço para crescer com moderação e aumentar as importações sem que isso crie qualquer problema nas contas externas do país. Se, eventualmente, alguma luz vermelha acender no caminho, indicando

perigos de crise cambial, é muito simples, diz ele: "Se a importação subir muito, temos a política cambial e a política comercial para ajustar. Não somos a Argentina. Não temos câmbio fixo. Podemos, assim, ser flexíveis no câmbio para cima ou para baixo e usar os mecanismos de defesa com relação às importações", argumenta.

Franco mostra alguns números para provar que esse barco é seguro. "O déficit em conta corrente, se a balança comercial se equilibrar, será da ordem de uns US\$ 15 bilhões. Como dois terços das importações, de uns US\$ 50 bilhões, são financiadas e apenas um terço é pago em dinheiro, só com financiamento das importações já cobrimos o déficit em conta corrente".

Ele está também tranquilo quanto à situação das reservas cambiais. Elas devem crescer pelo menos US\$ 10 bilhões este ano, saltando para a casa dos US\$ 60 bilhões, mas isso não tem problema. Ao contrário de outros economistas que tremem em ouvir falar em acumulação de reservas, pelo custo fiscal que isso produz, Franco alega que isto é uma tolice.

"O custo do aumento de reservas cambiais em US\$ 10 bilhões é somente US\$ 600 milhões". Custo que representa a diferença entre a colocação de títulos federais no mercado interno para enxugar os

dólares que entram, em torno de 13% a 14%, e a receita de aplicação das reservas no mercado externo, com remuneração de uns 6,5%.

Um novo ciclo — O setor privado, onde profundas transformações ocorreram nos últimos cinco anos, consequência da abertura das fronteiras à concorrência internacional, está pronto para promover um novo modelo de desenvolvimento econômico, acredita Franco. "É o extraordinário é que o novo ciclo de expansão será feito com aumento de produtividade, redistribuição de renda e tendo o governo apenas como provedor dos serviços básicos", diz ele.

A apreciação da taxa de câmbio, que foi feita de "caso pensado", associada à abertura comercial teria, na sua avaliação, deixado para trás um processo econômico estruturado na "baixa produtividade e baixos salários". Ou seja, essa conjugação de câmbio com choque de eficiência no setor produtivo, está abrindo caminho para "uma expansão não concentradora de renda", criando um "milagre que os governos militares não conseguiram", argumenta.

Mas que ninguém espere um boom de crescimento. Não é isso que está posto. Nem será a vitória do emprego. O aumento de 4% ao ano do Produto Interno Bruto (PIB) está longe de preencher as necessidades do país, com forte massa de desempregados e crescimento constante da oferta de mão-de-obra. Soma-se a isso o fato do setor público estar desempregando.

A taxa e a velocidade da eventual retomada do crescimento depende do que o governo conseguir arrancar de reformas no Congresso Nacional. Se as reformas forem aprovadas (previdência social e administrativa) haveria espaço para uma queda mais contundente das taxas de juros e liberação de crédito para financiar a expansão do setor privado.

Há disponíveis, na economia, hoje, cerca de R\$ 200 bilhões. Essa massa de dinheiro representa o total de crédito potencial. No ano passado, o governo abocanhou um quarto desses recursos (uns R\$ 50 bilhões) para financiar o déficit público. Se o déficit este ano cai à metade, sobram R\$ 25 bilhões para crédito do setor privado, a juros mais moderados, alega Franco.

Sem as reformas, a privatização e, portanto, o ajuste fiscal, toda a estratégia estaria sob risco.